

# UM NOVO PASSO PARA A AUTONOMIA: UM PROJETO DE E EM EDUCAÇÃO SOCIAL COM PESSOAS SEM-ABRIGO

## RESUMO

A (co) construção de/o conhecimento da e sobre a realidade nasce da “tarefa” prioritária, imprescindível e potencial de estar no terreno. Num contexto de desenho e desenvolvimento de projetos de e em Educação Social, o investigador não só presencia, como vivencia a interação com as pessoas, numa postura de permanente atenção, escuta ativa e aceitação. O reconhecimento e a valorização do Outro na sua autenticidade abrem portas a um trabalho que se forma e fortalece na relação entre educador e educando. Assente nesta convicção, o artigo em apreço apresenta o projeto “Um novo passo para a autonomia: Um projeto de e em Educação Social com pessoas sem-abrigo”, desenvolvido na Casa da Amizade do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória. Posicionado metodologicamente na Investigação-Ação Participativa, o trabalho interventivo envolveu e deu voz a múltiplos atores sociais, nomeadamente profissionais, pessoas sem-abrigo e pessoas da comunidade. O recurso a várias técnicas acompanhou todo o processo de análise da realidade e desenvolvimento do projeto, permitindo a reunião de múltiplas informações perçecionais e experienciais de todos os participantes, bem como o cruzamento das mesmas com contributos teóricos sustentáveis. Desta recolha e confronto de conhecimento, resultou o levantamento de problemas e necessidades, a par da identificação de potencialidades, constrangimentos e recursos, cruciais à planificação partilhada e à construção coletiva do projeto de e em Educação Social. Este, almejando responder às necessidades prioritizadas, teve como finalidade Potenciar a autonomia e empoderamento, bem como o bem-estar pessoal e social dos sujeitos, e integrou duas Ações, De mãos dadas com a mudança e Bastidores da Amizade, desenvolvidas com dois grupos distintos, profissionais e pessoas sem-abrigo, norteados por um conjunto de objetivos gerais e específicos. Para uma avaliação que se pretendeu contínua, contextualizada e participada, isto é, transversal a todo o trabalho co construído, foi eleito o modelo de avaliação CIPP, de Stufflebeam e Shinkfield (1995). Assente nos pressupostos da Educação Social, as conclusões deste trabalho de investigação-ação apontam para a capacidade dos participantes refletirem e agirem no sentido da sua autonomização e empoderamento, tornando-se, simultaneamente, atores da realidade social e autores da sua própria vida e história.

## INTRODUÇÃO

Num contexto de globalização crescente das sociedades atuais, observa-se a emergência de novas formas de organização da vida em comum e, conseqüentemente, novas exigências, problemas e necessidades psicossociais. Neste quadro, destaca-se, desde logo, a explosão do fenómeno da “nova pobreza” que, na sua faceta mais extrema, pode levar a uma situação de sem-abrigo (Carvalho & Baptista, 2004; Evaristo, 2013). De acordo com a definição dada pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo – Prevenção, Intervenção e Acompanhamento (2009-2015, p. 7), é considerado “sem-abrigo” aquele que, “independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental”, se encontra “sem-casa – em alojamento temporário destinado para o efeito”.

O distanciamento do trabalho, a redução do rendimento, o enfraquecimento dos laços sociais, a instabilidade familiar, a precariedade das condições de vida, a frágil saúde física e/ou psicológica, a ausência de expectativas futuras e o sentimento de inutilidade enquanto cidadão, conduzem um grande número de pessoas a recorrer ao apoio de serviços de ação social, ou até mesmo, à rutura, parcial ou total, com a sociedade (Nogueira & Ferreira, 2007; Paugam, 2003). Num contexto de profundas crises sociais, políticas e económicas, estes são fatores de risco de exclusão social (Carvalho & Baptista, 2004; Nogueira & Ferreira, 2007).

Na sociedade atual, todos os sujeitos são vulneráveis, podendo deparar-se, a qualquer momento da sua vida, com desafios inesperados e indesejados que os podem privar do pleno exercício de cidadania (Carvalho & Baptista, 2004; Giddens, 2008). À luz dos fenómenos sociais mencionados, os “sem-abrigo” são pessoas privadas de meios (pobreza) e com ruturas variadas com os sistemas sociais e familiar (exclusão social) (Bento & Barreto, 2002).

O entendimento do conceito é importante, pois a forma como o mesmo é definido determina o modo como os sujeitos vão ser perspetivados (Miguel, Ornelas, & Maroco, 2010).

Ferreira, Marta  
Veiga, Sofia

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto  
martapereiraferreira@gmail.com; sofiaveiga@ese.ipp.pt

### Palavras-chave

Projeto de e em Educação Social, Sem-Abrigo, Autonomia, Empoderamento

Em Educação Social devemos lançar um olhar micro e atento sobre todas as componentes individuais e estruturais que influenciam, direta ou indiretamente, o percurso de cada pessoa sem-abrigo, afirmando a sua complexidade e a singularidade do mesmo. Além de um meio de integração social ativo, que privilegia um caminho de construção da identidade e dignidade pessoais, sobretudo junto de sujeitos privados de direitos essenciais, a Educação Social, pretende-se emancipatória, transformadora e transformativa (Carvalho & Baptista, 2004; Timóteo, 2013).

Não obstante a diversidade de iniciativas de intervenção em contextos afetados pelos fenómenos da nova pobreza e exclusão social, com base na revisão bibliográfica, deparamo-nos com escassez de informação no que concerne ao trabalho de e em Educação Social com pessoas sem-abrigo. Neste sentido, o estudo que a seguir se narra procura dar conta de uma experiência de investigação-ação participativa desenvolvida numa valência do Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, destinada ao trabalho com pessoas sem-abrigo.

## ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Desenvolver investigação requer do investigador o poder de decisão sobre a opção metodológica que melhor sustente o dinamismo da sua prática. A Investigação-Ação Participativa, permitindo o cruzamento entre o conhecimento, a reflexão e a transformação da realidade, foi a matriz metodológica de eleição. Quais os seus princípios norteadores?

Baseando-se na cooperação entre investigador e investigado, a Investigação-Ação Participativa (IAP) assenta num diálogo, numa relação interativa, que recupera a presença do outro como parceiro ativo no processo de construção do saber e de procura de soluções para as questões em que está envolvido. Neste processo, os atores sociais são valorizados não como objetos passivos da investigação, mas como sujeitos participantes, detentores do “verdadeiro conhecimento do local” (Lima, 2003, p. 322), e, portanto, capazes de definir e reconhecer os problemas

e a suas prioridades. Neste sentido, a IAP implica, como refere Colmenares (2012), uma nova visão de homem e de ciência.

Guiado por estes pressupostos, os investigadores foram integrados e participantes no quotidiano dos indivíduos, estiveram despertos e atentos às suas percepções, comportamentos e rotinas, valorizando o seu percurso de vida numa postura “desligada” de (pré) conceitos. Assumindo uma função educativa, procurou-se criar condições que permitissem o envolvimento e a colaboração de todos os sujeitos no projeto a desenvolver, fazendo do ator, investigador, e do investigador, ator. Assim, desde o primeiro contato, os investigadores assumiram uma postura diligente, atenta à multiplicidade de visões dos vários intervenientes, num processo conjunto de análise e problematização da realidade. O estabelecimento de uma relação de proximidade e de confiança, bem como a “devolução sistémica” entre os participantes sobre o conhecimento em co construção, conduziu ao gradual envolvimento e empoderamento dos mesmos (Guerra, 2002; Ortiz & Borjas, 2008).

Porque a realidade é pluridimensional e complexa, foi adotado um conjunto de técnicas específicas, numa tentativa de construir um conhecimento aprofundado e fundamentado sobre a mesma, que conduziram toda a experiência investigativa: observação-participante, conversas intencionais, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

A avaliação, enquanto processo que potencia a reflexão sobre os resultados das ações postas em prática (Serrano, 2008), pautou toda a intervenção desenvolvida. Como modelo de avaliação, optou-se pelo modelo CIPP, proposto por Stufflebeam e Shinkfield (1995), já que este acompanha de forma dinâmica e sistemática todo o processo de intervenção, permitindo que os implicados tomem consciência dos avanços e retrocessos, sucessos e erros inerentes ao trabalho e às ações desenvolvidas, no sentido do aperfeiçoamento da postura e do trabalho investigativo. Este modelo compreende a análise do Contexto, do Input (ou de Entrada), do Processo, e do Produto. O momento de avaliação do contexto remete para a análise da realidade, especificamente para a identificação de problemas e necessidades que impulsionam a definição de metas gerais e objetivos específicos que são

“o alvo” do projeto (Serrano, 2008, p. 103). Segue-se o momento de avaliação de entrada, facultativo de informação sobre os recursos disponíveis, as estratégias de ação e responsabilidades do sistema para atingir os objetivos definidos a priori. A avaliação do processo surge como guia para o desenvolvimento do projeto, uma vez que proporciona dados sobre as decisões anteriormente programadas, descreve e avalia as ações e atividades desenvolvidas. O último momento, correspondente à avaliação do produto, remonta para os resultados do projeto, tencionando medir, analisar e interpretar os (in) sucessos obtidos com o mesmo.

Partimos agora para a apresentação do projeto de e em Educação Social, dando conta do grupo de atores sociais envolvidos, bem como do percurso desenvolvido ao longo da investigação-ação.

## **UM NOVO PASSO PARA A AUTONOMIA: UM PROJETO DE E EM EDUCAÇÃO SOCIAL COM PESSOAS SEM-ABRIGO**

A realidade, tal como nos indica Cembranos, Montesinos e Bustelo (2001), não é estanque e imutável, mas apresenta-se em constante mudança. Neste sentido, cabe ao investigador conhecê-la, interpretá-la e problematizá-la para que possa intervir responsabilmente na sua transformação. Para isso, torna-se necessário e imprescindível recorrer a diferentes interlocutores e mobilizar fontes variadas que permitam ver para além do que é aparente. A triangulação da informação, isto é, a articulação entre a informação documentada e regulamentada, as visões das pessoas (profissionais e sujeitos) e a leitura reflexiva da realidade feita pelo investigador, conseguida a partir da mobilização das técnicas já referidas, foi a estratégia que possibilitou o arranque de uma investigação participada e contextualizada.

Assim, “Um Novo Passo para a Autonomia” foi um projeto que nasceu no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (CSPNSV), uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediada na freguesia da Vitória, região histórica da cidade do Porto. A origem e evolução desta instituição remetem para a necessidade de responder às adversidades manifestadas

na freguesia, preocupando-se essencialmente com o desenvolvimento da comunidade local bem como com a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da população abrangida (Manual de Acolhimento, 2009). Neste sentido, a missão institucional consiste em Ativar e mobilizar a participação de todos os atores sociais tendo em vista reforçar uma identidade local capaz de, coletivamente, quebrar o ciclo de pobreza e exclusão social da população, promovendo o desenvolvimento socioeconómico da comunidade da freguesia da Vitória, em todas as dimensões e áreas de atividades. O CSPNSV integra uma variedade de respostas sociais, localizadas proximamente na mesma freguesia. A investigação-ação realizada foi desenvolvida na valência Casa da Amizade – Comunidade de Inserção (CAM), da qual se faz, de seguida, uma breve caracterização.

Aquando a intervenção realizada, a CAM atendia 48 pessoas sem-abrigo, sendo 39 do género masculino e 9 do género feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos, residentes na zona história do Porto, na sua maioria, com baixa escolaridade, desemprego de longa duração, um quadro social, familiar e económico crítico, encontrando-se em situação de pobreza, exclusão, marginalização social e com pouca ou nenhuma retaguarda familiar. Nesta valência, as pessoas dispõem de serviços de refeições, balneário e lavandaria; podem usufruir de um acompanhamento psicossocial, individual e/ou grupal, bem como de um conjunto de atividades variadas de âmbito social, cultural e artístico, promovido pela instituição. Apesar de haver uma oferta ampla, poucos eram os indivíduos que aderiam e participavam de uma forma regular e comprometida nas atividades desenvolvidas.

Relativamente aos recursos humanos que trabalham diretamente com as pessoas sem-abrigo, estes integram uma Psicóloga (também Diretora Técnica da resposta social), duas Técnicas de Serviço Social, uma Educadora Social, uma Ajudante de Ação-Direta e duas Auxiliares de Serviços Gerais. A Psicóloga e Assistentes Sociais realizam um trabalho mais individualizado e pontual com as pessoas, ao passo que a Educadora Social, Ajudante de Ação-Direta e Auxiliares de Serviços Gerais mantêm um contacto mais próximo e regular com o grupo.

Finda esta breve caracterização dos atores sociais da Instituição, daremos, de seguida, conta do desenvolvimento do projeto.

Com o intuito de chegar ao maior número de pessoas, os investigadores procuraram envolver-se e participar no quotidiano da Instituição e, no que era possível e desejável, no das pessoas. Perspetivaram, assim, desde o início da investigação, o período da hora de almoço, os momentos de convívio em espaços externos à instituição e as atividades em desenvolvimento como realidades privilegiadas ao estabelecimento de uma relação de proximidade e à análise da realidade. Estes momentos, pautados pela informalidade e proximidade relacional, permitiram conhecer as perceções das pessoas sobre a sua vida, sobre si mesmos, o seu quotidiano, as interações que estabelecem com outras pessoas e o funcionamento institucional, tornando possível a identificação participada de problemas e necessidades.

De uma maneira geral, as pessoas sem-abrigo que frequentam a CAM salientaram que, face à situação de desemprego, às exigências da Segurança Social e à dependência dos rendimentos atribuídos pela mesma, vivem numa dialética entre a não-aceitação e a resignação face à sua condição atual (sem-abrigo, sem-casa). Apesar de reconhecerem e agradecerem o apoio prestado pela instituição, não deixam de culpabilizar os profissionais pela sua situação de carência atual e pela sua falta de autonomia. Não obstante, ainda que de uma forma pouco assumida e refletida, revelam uma certa consciência da sua responsabilidade pelas escolhas que tomaram e pelos caminhos que seguiram, entendendo, portanto, que a sua situação atual é resultante dessas mesmas escolhas. Neste quadro, os profissionais, embora reconheçam que, por vezes, assumem práticas nem sempre potenciadoras da autonomia e do empoderamento das pessoas, justificam-nas pelo facto de considerarem que estas nem sempre identificam e/ou priorizam as necessidades da forma mais adequada nem agem em prol da melhoria da sua situação. Consideram, assim, que autonomizar os indivíduos e empoderá-los é um desafio premente, para si e para os sujeitos.

Esta baixa autonomia e responsabilidade eram, ainda, visíveis na parca procura de algumas respostas que a instituição oferecia, nomeadamente na área de formação e emprego, e na reduzida

implicação dos sujeitos na melhoria das respostas e do funcionamento geral da instituição.

Associado a este problema, emerge um outro relacionado com as baixas expectativas de alteração do presente e melhoria do futuro. Discursos como “com a idade que tenho, com o 4º ano, sem dinheiro, sem família, sem nada... é um dia de cada vez”, são comuns. A este problema estariam associadas várias condicionantes entre as quais o estado de saúde débil, as dificuldades económicas, a baixa escolaridade, o estilo de vida dependente e precário, os preconceitos e a discriminação da sociedade. Pela forma como as pessoas se expressam, evidencia-se um baixo grau de autoestima e de autoconfiança, que contribuem, por sua vez, para atitudes de passividade e resignação.

Para além da identificação de problemas, é imprescindível evidenciar as potencialidades da resposta social e dos atores sociais: a proximidade relacional entre a Educadora Social, a Auxiliar de Serviços Gerais e a Ajudante de Ação-Direta e destas com os sujeitos; a relação de confiança dos investigadores com alguns indivíduos; as redes de parcerias; o conhecimento que as pessoas têm da região e da comunidade; a facilidade em partilhar vivências, interagir e conversar; e a disponibilidade e preocupação de alguns sujeitos em implicar-se na construção de um projeto significativo para todos.

Segundo Serrano (2008), é a partir da análise e deteção das necessidades que se torna possível tomar decisões que posteriormente conduzem ao desenho e desenvolvimento do projeto. A priorização de necessidades é essencial e nem sempre é uma tarefa fácil, sobretudo pela sua diversidade e importância. Neste sentido, espera-se que o trabalhador social detenha uma grande capacidade de problematização e reflexão, isto é, de investigação de forma a identificar com maior precisão as prioridades. Tendo em conta a sua premência e urgência, as necessidades prioritizadas foram: redução da passividade e resignação dos sujeitos; melhoria da motivação, autoestima e autoconfiança dos mesmos; e reflexão, entre os profissionais, sobre as suas práticas.

Posteriormente à avaliação do contexto avançou-se para o desenho do projeto. Segundo Cembranos e colaboradores (2001,

p. 185), esta etapa é o próximo passo para “tornar efetivas as decisões já tomadas, realizar o plano aprovado e conseguir os objetivos formulados”. Esta etapa compreendeu então a definição da finalidade – Potenciar a autonomia e empoderamento dos sujeitos, bem como o seu bem-estar pessoal e social – e de um conjunto de objetivos gerais (OG) e específicos (OE). O OG1 – Potenciar a autonomia dos sujeitos no domínio da participação e implicação na dinâmica institucional – desdobrou-se em vários objetivos específicos. Os três primeiros remetiam para a equipa de profissionais: OE1.1: Refletir sobre a importância de potenciar os movimentos de autonomia dos sujeitos; OE1.2: Identificar as estratégias até então utilizadas respeitantes à autonomia e empoderamento dos indivíduos; OE1.3: Definir novas estratégias e ações com vista à autonomia dos sujeitos. Os restantes remetiam para os indivíduos da Casa da Amizade: OE1.4: Expor as suas opiniões; OE1.5: Implicar-se ativamente na dinâmica institucional; OE1.6: Ter iniciativa para fazer sugestões; OE1.7: Refletir sobre as partilhas do grupo, respeitando-as; OE1.8: Participar e expressar opiniões ativamente. O OG2 – Promover a autoestima e autoimagem dos sujeitos – subdividiu-se nos seguintes objetivos específicos: OE2.1: Partilhar experiências e vivências pessoais positivas com o grupo; OE2.2: Valorizar momentos do seu percurso de vida, reconhecendo-se como um ser capaz e com potencial; OE2.3: Estabelecer contato com pessoas da sua realidade próxima e distante; OE2.4: Fortalecer a coesão grupal.

Tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e as potencialidades identificadas, o projeto desenhado integrou duas Ações que pretenderam concretizar, na prática, os objetivos definidos. Estas, embora compreendessem uma intencionalidade semelhante, distinguiram-se quanto ao grupo participante, às estratégias promovidas e às atividades potenciadas.

A Ação 1, designada de “De mãos dadas com a mudança”, teve como intuito proporcionar à equipa de profissionais um espaço de reflexão conjunta, onde a mesma pudesse repensar e refletir sobre as suas práticas e estratégias profissionais no âmbito da sua intervenção com as pessoas, individualmente ou em grupo, e as que poderiam vir a ser experimentadas futuramente. Esta iniciativa contou com a participação da Psicóloga, da Educadora

Social, de duas Assistentes Sociais, de duas Auxiliares de Serviços Gerais e de uma Ajudante de Ação-Direta e compreendeu um total de cinco sessões agendadas de acordo com a disponibilidade de todos os envolvidos. As temáticas trabalhadas focaram a autonomia/empoderamento dos indivíduos, o auto e heteroconhecimento, a elevação da autoestima e, por fim, as práticas e estratégias profissionais no trabalho com as pessoas. As atividades foram planeadas e orientadas, tendo por base os interesses, sugestões e desafios lançados pelo grupo de profissionais. Ao longo das mesmas optou-se pela disposição em semicírculo e recorreu-se a um conjunto de estratégias como a realização de brainstormings, trabalhos em pequeno grupo ou a discussão em grande grupo, exercícios de dinâmicas de grupo, tendo sempre por base um leque de questões orientadoras. De forma a efetuar um registo descritivo rigoroso, recorreu-se ao quadro branco disponível na sala e à gravação áudio, previamente autorizada, dos discursos proferidos. As sessões, vividas com empenho e compromisso, permitiram o cruzamento da diversidade de olhares sobre a realidade em foco e favoreceram o fortalecimento da relação comunicacional entre os profissionais. O grupo participante reconheceu que o propósito da sua prática profissional está inteiramente ligado ao empoderamento dos sujeitos. Neste sentido, a Ação contribuiu para que os profissionais se centrassem, simultaneamente na sua prática com os sujeitos, e na forma como desenvolvem o seu trabalho e as relações que estabelecem entre si. Para além disso, integrou momentos traduzidos em boa-disposição que permitiram uma maior aproximação entre os vários membros. Assim, direta ou indiretamente, estes momentos influenciaram positivamente a sua postura e prática profissionais.

A Ação 2, denominada de “Bastidores da Amizade”, consistiu num percurso de filmagens, fotografias e registos (áudio, visuais e escritos) que acompanharam um conjunto diversificado de atividades, promovidas e co-construídas com os participantes da Casa da Amizade, com a Educadora Social e alguns parceiros da comunidade. De carácter aberto e flexível, concretizou-se numa Ação que foi sendo definida e redefinida progressivamente. Dada a heterogeneidade do grupo, o número de participantes variou consoante as atividades desenvolvidas, as prioridades das pessoas nos dias em que foram realizadas e os imprevistos que

foram surgindo (ex., a integração em cursos promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, internamento, etc.). As filmagens/registos privilegiaram não só espaços interiores como espaços exteriores à CAM e focaram as opiniões dos protagonistas durante e sobre a sua participação nas atividades. Ao longo deste processo, os participantes revelaram maior interesse em protagonizar as atividades filmadas, do que em desempenhar a tarefa das gravações. As atividades que estiveram na base da Ação compreenderam algumas já desenvolvidas pela instituição – teatro, sessões de reflexão sobre textos, imagens e/ou vídeos, matraquilhos, ping-pong, culinária, dança, futsal –, e outras, emergentes durante o desenvolvimento do projeto – construção do hino do grupo da CAM, reportagem do Porto Canal, ida ao cinema, sessão de cabeleireiro, passeio pela Vitória, gravações de testemunhos. A iniciativa terminou com a apresentação de uma montagem em vídeo e fotografia no Instituto Multimédia do Porto e de uma coreografia de dança no Lar do CSPNSV. O envolvimento e a colaboração de entidades parceiras e a presença de vários membros de outras respostas sociais, enquanto espectadores dos trabalhos finais, contribuiu para o reconhecimento do investimento por parte dos indivíduos. Para além da iniciativa constituir uma forma de mostrar o trabalho realizado pelas pessoas da CAM e o que é valorizado por si no presente, integrou emoções fortes, vidas reais, pessoas que manifestaram um verdadeiro empenho, dedicação e coragem para se darem a conhecer aos outros, mediante as câmaras. De igual forma, a montagem final, realizada com a colaboração de profissionais do Instituto Multimédia do Porto, foi reconhecida como um valioso instrumento para a instituição divulgar as suas práticas e uma forma de recordação dos bons momentos passados na CAM, “quando eu já não estiver nesta vida que levo, vou olhar para as imagens e lembrar-me de tudo o que vivi”.

Saliente-se que no decorrer do projeto, houve uma preocupação constante em auscultar e integrar as opiniões de todos os atores sociais sobre o desenvolvimento das Ações e atividades. Assim, para cada sessão e atividade realizada, houve um momento destinado à reflexão grupal e à recolha de sugestões importantes para a (re) definição de estratégias e procura de novas alternativas para as necessidades identificadas. A intencionalidade avaliativa, sempre presente, fez sobressair a voz de cada participante. O

carácter flexível e versátil do investigador contribuiu igualmente para esta forma positiva de estar em e fazer projeto de cariz socioeducativo.

O projeto culminou com a realização de dois encontros com vista à avaliação de produto: um com os profissionais e outro com os sujeitos da CAM. Na opinião dos profissionais, embora não se tenha verificado uma repercussão imediata na forma como intervêm com os atores sociais, o projeto contribuiu para o reequacionamento de algumas práticas profissionais e, sobretudo, para uma maior interação e coesão da equipa profissional. Na perspetiva dos sujeitos da CAM, foi dado um novo passo para a autonomia e a valorização pessoal e grupal. Nas partilhas efetuadas, revelaram-se satisfeitos pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho por parte dos profissionais, dos pares, dos parceiros e dos espectadores envolvidos, e, sobretudo, evidenciaram ter-se tornado mais conscientes das suas capacidades, do seu valor, do seu poder e dos seus aspetos positivos, contrariando uma visão negativa e reducionista sobre si próprios. O reconhecimento de si enquanto pessoas que constroem História foi feito pela atribuição de poder de decisão e de responsabilidades, bem como pelo respeito pela sua liberdade e bem-estar, seja pessoal seja grupal.

A avaliação final, pontuando os progressos realizados com o desenvolvimento deste projeto, não deixa de apelar à necessidade do mesmo ser continuado de forma a consolidar e a ampliar as mudanças alcançadas.

## CONCLUSÃO

Um olhar atento e uma postura diligente face às exigências e necessidades psicossociais da sociedade atual têm contribuído para a expansão e consolidação da Educação Social em Portugal (Timóteo, 2013), assim como a partilha, em eventos ou revistas científicas, de projetos desenvolvidos em variados contextos e com populações diversas tem concorrido para a visibilidade e a cientificidade da profissão.

O artigo em apreço teve como intuito partilhar um projeto de e em Educação Social em que, através da criação de espaços de pertença e do desenvolvimento de práticas de participação e de reflexão, se potenciou a valorização, a autonomia e o empoderamento dos atores sociais envolvidos. Ora, em Educação Social a questão da autonomia e do empoderamento ganha especial relevo, uma vez que um dos seus grandes objetivos prende-se com a emancipação dos indivíduos, ferramenta indispensável para que os mesmos assumam o controlo das suas vidas e se impliquem na vida da comunidade e da sociedade em geral.

No decurso do projeto, também os investigadores, profissionais de Educação Social, mudaram. Desafiados a (re) pensar-se e a refletir sobre as suas práticas, confrontaram-se com as suas características, potencialidades e fragilidades pessoais e profissionais. Neste processo, reafirmaram a importância de se assumirem como profissionais de proximidade e de relação, “da não desistência e da não indiferença” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 96), promotores privilegiados da condição humana. Questionaram o seu papel, enquanto cidadãos e profissionais num espaço socioeducativo, comprometidos com a promoção da cidadania. Perceberam a importância de “uma preparação ética sólida” (Ortín, 2012, p. 51) que oriente e sustente uma prática que se quer valorativa. Compreenderam que incitar ao envolvimento e à participação pode ser uma tarefa extremamente desafiante e exigente, sobretudo quando a voz das pessoas é calada pela desmotivação, desinteresse e pela falta de confiança pessoal. Entenderam que pretender uma forte implicação das pessoas que não querem ou que não estão em condições para se envolverem e participarem, exige do interventor social perseverança

e uma capacidade para superar as frustrações e constrangimentos que daí advêm.

“Um novo passo para a autonomia” foi um projeto que desafiou uns e outros, participantes e investigadores, a procurarem sentidos para a sua vida (pessoal e/ou profissional) e a equacionarem desejos de aprendizagem e de futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor, sem-abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social - fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2007). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica* (14ª edição). Madrid: Editorial Popular.
- Colmenares, A. (2012). Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación*, 1 (3), 102-115.
- Estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo. Prevenção, intervenção e acompanhamento (2009-2015). Acedido em 18 de março de 2014 em <http://www.dgidec.min-edu.pt/index.php?s=noticias&noticia=822>.
- Evaristo, A. (2013). Nova pobreza. *Quid novi?*, 1 (2), 97-108.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: Planeamento em ciências sociais* (2.ª ed.). Cascais: Principia.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra. Desenvolvimento local – Investigação Participativa Animação Comunitária*. (Dissertação de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória (2009). *Manual de acolhimento*. Porto: Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória.
- Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica*, 3 (28), 437-450.
- Nogueira, S., & Ferreira, J. (2007). A realidade psicossocial dos sem-abrigo: breve contributo para a sua caracterização. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41 (3), 195-205.
- Ortín, L. (2012). El educador social. Ética y práctica profesional. *Pedagogia Social: Revista Interuniversitaria*, 19, 51-63.
- Ortiz, M., & Borjas, B. (2008). La investigación acción participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. *Espacio Abierto*, 17 (4), 615-627.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projectos sociais – Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática, guía teórico e práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Timóteo, I. (2013). A evolução da Educação Social: perspetivas e desafios contemporâneos. *Praxis Educare*, 1 (1), 12-18.